

ANEXO VI

TERMO DE REFERÊNCIA

1.Objeto

Contratação de serviços de consultoria técnica especializada para elaboração de estudos de natureza econômico-financeira para análise das finanças do Município de Birigui, e assessoria para elaboração de Projetos e Programas destinados à Modernização da Administração Municipal.

2. Escopo dos Trabalhos

- 2.1. Elaboração de estudos de natureza econômico-financeira para análise das finanças do Município de Birigui.

Trabalhos a serem elaborados:

- 2.1.1. Análise da evolução e composição das receitas e despesas anuais - série histórica mínima de 5 (cinco) anos e máxima de 10 (dez) anos, compreendendo:

- Análise da evolução e composição dos principais componentes da receita orçamentária;
- Análise da evolução e composição dos principais componentes da despesa, detalhados por categoria econômica;
- Análise da evolução do resultado orçamentário e da capacidade de poupança do Município;
- Apuração dos Limites de endividamento, nos termos das Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43/2001.

Metodologia

- As análises deverão abranger dados consolidados, incluindo órgãos da administração direta e indireta do Município;
- Para fins de análise das receitas e despesas, as séries históricas deverão ser apresentadas em valores constantes, corrigidos a preços médios do ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- A empresa contratada deverá apresentar relatórios detalhados formulados por equipe técnica própria, contendo comentários e análises técnicas, estatísticas e gerenciais, de modo a facilitar a compreensão e divulgação dos serviços executados;
- As análises deverão permitir avaliar a composição e diagnosticar a evolução anual das finanças municipais, considerando a relação entre receitas e despesas, capacidade de investimento, capacidade de geração de recursos próprios e avaliação dos limites de endividamento. O resultado será usado para mensurar o equilíbrio das contas públicas municipais, sua dependência em relação às transferências constitucionais, além de apurar a capacidade de geração de poupança para novos investimentos;

- Todo material deverá ser entregue à Prefeitura em meio magnético e impresso em no mínimo 3 (três) vias, em papel formato A4.

Abrangência

- a) Municipal: deverá conter análise das finanças municipais dentro de seus próprios limites, abrangendo dados consolidados, incluindo órgãos da administração direta e indireta do Município;
- b) Estadual: deverá conter análise comparativa das finanças municipais em relação aos demais municípios do Estado de São Paulo, permitindo avaliar sua evolução e participação relativa em relação aos principais Municípios do Estado, com enfoque nos Municípios com população superior a 100.000 habitantes, conforme último Censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

2.1.2. Análise da evolução e composição das Receitas Tributárias - série histórica mínima de 5 (cinco) anos e máxima de 10 (dez) anos, compreendendo:

- Análise da participação das Receitas Tributárias em relação às demais receitas;
- Análise da evolução e composição dos componentes das Receitas Tributárias;
- Análise da evolução anual das Receitas Tributárias, considerando sua relação com o volume de investimentos, capacidade de geração de recursos próprios para o município e avaliação da sua participação na geração da poupança municipal.

Metodologia

- As análises deverão abranger dados consolidados, incluindo órgãos da administração direta e indireta do Município;
- Para fins de análise das Receitas Tributárias, as séries históricas deverão ser apresentadas em valores constantes, corrigidos a preços médios do ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- A empresa contratada deverá apresentar relatórios detalhados formulados por equipe técnica própria, contendo comentários e análises técnicas, estatísticas e gerenciais, de modo a facilitar a compreensão e divulgação dos serviços executados;
- As análises deverão permitir avaliar a composição e diagnosticar a evolução anual das Receitas Tributárias, considerando sua relação com o volume de investimentos, capacidade de geração de recursos próprios para o município e avaliação da sua participação na geração da poupança municipal;
- Todo material deverá ser entregue à Prefeitura em meio magnético e impresso em no mínimo 3 (três) vias, em papel formato A4.

Abrangência

- a) Municipal: deverá conter análise das Receitas Tributárias dentro de seus próprios limites, abrangendo dados consolidados, incluindo órgãos da administração direta e indireta do Município;

- b) Estadual: deverá conter análise comparativa das finanças municipais em relação aos demais municípios do Estado de São Paulo, permitindo avaliar sua evolução e participação relativa em relação aos principais Municípios do Estado, com enfoque nos Municípios com população superior a 100.000 habitantes, conforme último Censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

2.1.3. Análise da evolução e composição das principais Transferências Correntes Estaduais e Federais - série histórica mínima de 5 (cinco) anos e máxima de 10 (dez) anos, compreendendo:

- IPVA: análise da evolução das receitas do IPVA, sua relação com a frota do Município e número de habitantes x veículos. O trabalho servirá como base para medir o avanço do número de veículos em circulação e os impactos econômicos e ambientais deste crescimento;
- ICMS: análise da evolução anual das receitas do ICMS, considerando sua relação com o volume de investimentos, capacidade de geração de recursos para o município e avaliação da sua participação na geração da Receitas Municipais, bem como na geração de divisas para a região, por conta da evolução do Valor Adicionado local;
- FPM: análise da composição e diagnosticar a evolução anual das receitas do FPM, considerando sua relação com o volume de investimentos, capacidade de geração de recursos para o município e avaliação da sua participação na geração da Receitas Municipais, bem como na geração de divisas para a região, decorrentes da evolução da Receitas do IPI e IR.

Metodologia

- Para fins de análise das Transferências Correntes, as séries históricas deverão ser apresentadas em valores constantes, corrigidos a preços médios do ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- A empresa contratada deverá apresentar relatórios detalhados formulados por equipe técnica própria, contendo comentários e análises técnicas, estatísticas e gerenciais, de modo a facilitar a compreensão e divulgação dos serviços executados;
- Todo material deverá ser entregue à Prefeitura em meio magnético e impresso em no mínimo 3 (três) vias, em papel formato A4.

Abrangência

- a) Municipal: deverá conter análise das finanças municipais dentro de seus próprios limites, abrangendo dados consolidados, incluindo órgãos da administração direta e indireta do Município;
- b) Estadual: deverá conter análise comparativa das finanças municipais em relação aos demais municípios do Estado de São Paulo, permitindo avaliar sua evolução e participação relativa em relação aos principais Municípios do Estado, com enfoque nos Municípios com população superior a 100.000 habitantes, conforme último Censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

2.1.4. Análise comparativa das Despesas de Pessoal com as principais receitas municipais - série histórica mínima de 5 (cinco) anos e máxima de 10 (dez) anos, compreendendo:

- Análise da evolução e composição das Despesas com Pessoal;
- Análise comparativa envolvendo as despesas com salário de servidores e as receitas correntes, receitas tributárias, transferências constitucionais e receita total. O resultado deste trabalho deverá permitir visualizar de forma ampla o volume de recursos necessários à liquidação dos salários dos servidores municipais, no período analisado, bem como as previsões de recursos, ao longo do tempo, para atender os gastos futuros.

Metodologia

- As análises deverão abranger dados consolidados, incluindo órgãos da administração direta e indireta do Município;
- Para fins de análise das receitas e despesas, as séries históricas deverão ser apresentadas em valores constantes, corrigidos a preços médios do ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- A empresa contratada deverá apresentar relatórios detalhados formulados por equipe técnica própria, contendo comentários e análises técnicas, estatísticas e gerenciais, de modo a facilitar a compreensão e divulgação dos serviços executados;
- Todo material deverá ser entregue à Prefeitura em meio magnético e impresso em no mínimo 3 (três) vias, em papel formato A4.

Abrangência

- a) Municipal: deverá conter análise das Despesas com Pessoal dentro de seus próprios limites, abrangendo dados consolidados, incluindo órgãos da administração direta e indireta do Município;
- b) Estadual: deverá conter análise comparativa das finanças municipais em relação aos demais municípios do Estado de São Paulo, permitindo avaliar sua evolução e participação relativa em relação aos principais Municípios do Estado, com enfoque nos Municípios com população superior a 100.000 habitantes, conforme último Censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

2.1.5. Diagnóstico da Receita e Despesa per capita do município - série histórica mínima de 5 (cinco) anos e máxima de 10 (dez) anos, compreendendo:

- Análise *per capita* das receitas arrecadadas e despesas realizadas pelo município, buscando avaliar a relação entre as finanças públicas e o crescimento populacional;
- Análise das tendências de crescimento populacional e da evolução das receitas e despesas orçamentárias.

Metodologia

- As análises deverão abranger dados consolidados, incluindo órgãos da administração direta e indireta do Município;
- Para fins de análise dos dados contábeis e financeiros, as séries históricas deverão ser apresentadas em valores constantes, corrigidos a preços médios do ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- A empresa contratada deverá apresentar relatórios detalhados formulados por equipe técnica própria, contendo comentários e análises técnicas, estatísticas e gerenciais, de modo a facilitar a compreensão e divulgação dos serviços executados;
- Todo material deverá ser entregue à Prefeitura em meio magnético e impresso em no mínimo 3 (três) vias, em papel formato A4.

Abrangência

- a) Municipal: deverá conter análise das finanças municipais dentro de seus próprios limites, abrangendo dados consolidados, incluindo órgãos da administração direta e indireta do Município;
- b) Estadual: deverá conter análise comparativa das finanças municipais em relação aos demais municípios do Estado de São Paulo, permitindo avaliar sua evolução e participação relativa em relação aos principais Municípios do Estado, com enfoque nos Municípios com população superior a 100.000 habitantes, conforme último Censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

2.1.6. Análise dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEF/FUNDEB) - série histórica mínima de 5 (cinco) anos e máxima de 10 (dez) anos, compreendendo:

- Analisar o comportamento dos valores transferidos pelo fundo de manutenção e dos valores das deduções usados para sua composição;

Metodologia

- As análises deverão abranger dados consolidados, incluindo órgãos da administração direta e indireta do Município;
- Para fins de análise dos dados contábeis e financeiros, as séries históricas deverão ser apresentadas em valores constantes, corrigidos a preços médios do ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- A empresa contratada deverá apresentar relatórios detalhados formulados por equipe técnica própria, contendo comentários e análises técnicas, estatísticas e gerenciais, de modo a facilitar a compreensão e divulgação dos serviços executados;
- Todo material deverá ser entregue à Prefeitura em meio magnético e impresso em no mínimo 3 (três) vias, em papel formato A4.

Abrangência

- a) Municipal: deverá conter análise das finanças municipais dentro de seus próprios limites, abrangendo dados consolidados, incluindo órgãos da administração direta e indireta do Município;
- b) Estadual: deverá conter análise comparativa das finanças municipais em relação aos demais municípios do Estado de São Paulo, permitindo avaliar sua evolução e participação relativa em relação aos principais Municípios do Estado, com enfoque nos Municípios com população superior a 100.000 habitantes, conforme último Censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

2.1.7. Análise dos indicadores educacionais do Município - série histórica mínima de 5 (cinco) anos e máxima de 10 (dez) anos, compreendendo:

- Análise dos principais indicadores educacionais do município;
- Análise das finanças do setor educacional do município e sua relação com a política nacional de educação.

Metodologia

- As análises deverão abranger dados consolidados, incluindo órgãos da administração direta e indireta do Município;
- Para fins de análise das receitas e despesas, as séries históricas deverão ser apresentadas em valores constantes, corrigidos a preços médios do ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- A empresa contratada deverá apresentar relatórios detalhados formulados por equipe técnica própria, contendo comentários e análises técnicas, estatísticas e gerenciais, de modo a facilitar a compreensão e divulgação dos serviços executados;
- Todo material deverá ser entregue à Prefeitura em meio magnético e impresso em no mínimo 3 (três) vias, em papel formato A4.

Abrangência

- c) Municipal: deverá conter análise das finanças municipais dentro de seus próprios limites, abrangendo dados consolidados, incluindo órgãos da administração direta e indireta do Município;

2.2. Assessoramento técnico para elaboração de Projetos e Programas destinados à Modernização da Administração Municipal

Os trabalhos compreenderão a prestação de serviços de consultoria técnica visando a elaboração de proposta de Carta-Consulta / Projeto, de acordo com a sistemática definida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, visando o enquadramento e aprovação de um Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT.

Os serviços serão realizados em conjunto com os técnicos da Prefeitura, que serão responsáveis pelo fornecimento de informações indispensáveis para

elaboração do projeto, bem como para definição dos investimentos a serem realizados.

Atividades a serem realizadas:

- a) Coleta de informações junto aos órgãos da Prefeitura, visando o preenchimento da Consulta Prévia (Projeto), bem como da documentação necessária para o acolhimento da proposta pelo Agente Financeiro;
- b) Avaliação da estrutura da Prefeitura Municipal, nas áreas envolvidas pelo projeto;
- c) Definição dos investimentos a serem realizados, por meio de reuniões em conjunto com autoridades e técnicos municipais;
- d) Elaboração de Projeto de Modernização que permita identificar, analisar e acompanhar detalhadamente o conjunto de ações e metas físicas e financeiras por meio das quais pretenda alcançar um maior nível de eficiência em sua arrecadação ou de redução efetiva do custo unitário do setor público na prestação dos serviços sociais básicos, a ser entregue ao Agente Financeiro. O projeto deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:
 - Apresentação do Município: organização administrativa, aspectos relativos à gestão de serviços públicos, histórico do município, dados geográficos e demográficos;
 - Informações e documentos econômico-financeiros;
 - Análise comprometimento das garantias a serem oferecidas com amortizações, juros e demais encargos da dívida a ser contratada;
 - Descrição dos objetivos do projeto e metas a serem atingidas;
 - Fundamentação e justificativas para a realização do projeto
 - Descrição detalhada dos investimentos a serem realizados, incluindo Orçamento e Quadro de Usos e Fontes;
 - Demais documentos solicitados pelo BNDES para análise da operação.

2.3. Assessoria para atendimento às Resoluções 40 e 43 do Senado Federal, e demais normas que regulamentam a contratação de operações de crédito.

Por se tratar de recursos de financiamentos os trabalhos deverão compreender a elaboração da documentação para aprovação junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme Manual de Instrução de Pleitos – MIP, disponível no link:

https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/Responsabilidade_Fiscal/Prefeituras_e_Governos_Estaduais/arquivos/copem/mip-2013-03.pdf

Atividades a serem desenvolvidas:

- a) Elaboração de relatório contendo análise do atendimento às normas que regulamentam a contratação de operações de crédito, em especial a Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e às Resoluções do Senado Federal (RSF) nºs 40 e 43, de 20 e 21 de dezembro de 2001, considerando os seguintes aspectos:

- Regularidade do Município junto ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC);
 - Existência de operações de crédito contratadas pelo Município junto a instituições não financeiras ou financeiras sem autorização prévia do Senado Federal ou do Ministério da Fazenda;
 - Adequação aos limites de endividamento;
 - Cumprimento dos limites de despesa de pessoal para os poderes executivo e legislativo;
 - Cumprimento das obrigações de transparência e publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.
- b) Elaboração de documentação para instrução do pleito junto ao Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional, conforme Manual para Instrução de Pleitos – MIP:
- Elaboração do anteprojeto de Lei Autorizativa e respectiva exposição de motivos;
 - Elaboração de Minuta de Parecer Técnico e Jurídico;
 - Elaboração de cronograma de liberação das operações de dívida fundada interna e externa;
 - Elaboração de cronograma de pagamento das dívidas consolidadas interna e externa;
 - Auxiliar o Município na elaboração dos demais documentos necessários à análise do pleito.

3. Gestão dos Serviços

A Empresa contratada deverá designar um profissional especializado para ser o Gerente responsável pelos serviços junto a Prefeitura.

A Prefeitura do Município de Birigui designará um responsável técnico, que deverá acompanhar todo o andamento dos serviços, fornecendo informações e oferecendo as condições necessárias para o bom andamento das atividades.

4. Mecanismos de Acompanhamento

O planejamento e gerenciamento das atividades serão de responsabilidade da Gerência do Projeto (que envolve Gerente de Projeto da empresa contratada e o Responsável Técnico da Prefeitura), objetivando garantir o cumprimento das metas e prazos estabelecidos.

O acompanhamento das atividades executadas e a divulgação de seus resultados serão fundamentais para dar visibilidade e permitir o acompanhamento de todas as pessoas envolvidas, em todos os níveis hierárquicos. Para isto serão utilizadas as seguintes ferramentas de gestão:

- Programa de Reuniões: reuniões para discutir o andamento dos serviços;
- Atas de reuniões: utilizados para formalizar as reuniões bem como as informações discutidas e relatadas;
- Relatórios de Acompanhamento: devem conter o cronograma físico-financeiro, com posição atual, percentual de execução dos serviços, relação mensal

das principais atividades realizadas, preocupações e pendências e as próximas atividades previstas;

- Controle de Pendências Oficial: as pendências identificadas em atas de reunião e de outras formas, devem ser registradas em um documento centralizado para fins de acompanhamento, para garantir que elas tenham o correto tratamento;
- Aprovação de Documentos: a aprovação dos documentos gerados durante a execução dos serviços deverá ser feita pela Prefeitura, utilizando-se de correio eletrônico (email) e dentro do prazo acordado.

5. Responsabilidades da Contratada

Será de responsabilidade da Contratada:

- Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma;
- Utilizar somente profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência;
- Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, bem como, prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura do Município de Birigui;
- Colaborar com a fiscalização por parte da Prefeitura do Município de Birigui para acompanhamento da execução dos serviços descritos neste documento, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formulados;
- Indicar um representante, dentre seus profissionais que atuará como Gerente de Projeto.

6. Responsabilidades da Prefeitura

Será de responsabilidade da Prefeitura do Município de Birigui:

- Proporcionar todas as facilidades para a Contratada desempenhar os serviços contratados, permitindo o acesso de seus profissionais às dependências onde serão executados os serviços;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pela Contratada, bem como se responsabilizar pelo teor delas;
- Acompanhar o andamento dos serviços contratados e exigir o fiel cumprimento dos mesmos, anotando em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas, além de determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- Fiscalizar o cumprimento das responsabilidades assumidas pela Contratada;
- Avaliar as necessidades de correções que melhorem a qualidade da prestação dos serviços contratados;
- Designar responsável para o relacionamento e acompanhamento dos serviços.